

MIRIAN CRISTINA GENEROSO RIBEIRO CRISPIN
Professora Universitária
Assistente Jurídico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

RECURSO ESPECIAL E RECURSO EXTRAORDINÁRIO
Questões pontuais sobre a admissibilidade e a procedibilidade no
Direito Processual Civil

Editora Pillares

São Paulo – SP, 2006

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Crispin, Mirian Cristina Generoso Ribeiro

Recurso especial e recurso extraordinário, Mirian Cristina Generoso Ribeiro Crispin. São Paulo : Editora Pillares, 2006.

1. Recurso extraordinário 2. Recursos (Direito) I. Título.

05-5814

CDU-347.957

SUMÁRIO

PREFÁCIO	15
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I	
SISTEMA RECURSAL DO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	21
1.1 Teoria Geral dos Recursos	21
1.1.1 Conceituação e Fundamentação do direito de recurso	21
1.2 Atos Sujeitos aos Recursos	25
1.3 Princípios Fundamentais dos Recursos	26
1.4 Tipos de Recursos Processuais Cíveis	29
1.5 Recursos em Espécie	29
1.6 Juízo de Admissibilidade dos Recursos	31
1.7 Efeitos dos Recursos	33
CAPÍTULO 2	
A PREVISIBILIDADE RECURSAL CONSTITUCIONAL E SUA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	35
2.1 Recursos Ordinários e Extraordinários	35
2.2 O Federalismo Brasileiro e a Interpretação Legislativa Federal	37
2.3 Aspectos Históricos do Recurso Extraordinário	41
2.4 O Nascimento do Recurso Especial Brasileiro – A Chamada "Crise do Supremo Tribunal Federal"	48
CAPÍTULO 3	
AS ESFERAS COMPETENCIAIS DOS RECURSOS SUPREMOS	55
3.1 Âmbito Competencial do Recurso Extraordinário e do Recurso Especial	55
3.2 O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça como Prestadores de Diferenciadas Tutelas Jurisdicionais	58
3.3 Justiça das Decisões X Objetivo Político-Constitucional: O Âmbito dos Recursos Extraordinário e Especial	64

CAPÍTULO 4

A PROCEDIBILIDADE RECURSAL EXCEPCIONAL 69

4.1	Aspecto Analítico de Desenvolvimento	69
4.2	Julgamento em que se considerou válida Lei ou Ato de Governo Local Contestado em face da Constituição e Lei Federal	70
4.3	Hipóteses apartadas de cabimento do Recurso Extraordinário	74
4.4	Contrariedade a dispositivo da Constituição	75
4.5	Declaração de Inconstitucionalidade de Tratado ou Lei Federal	76
4.6	Hipóteses peculiares de cabimento do Recurso Especial	77
4.7	Da contrariedade ou negativa de vigência a Tratado ou Lei Federal	78
4.8	Interpretação da Lei Federal diversa da concedida por outro Tribunal	83

CAPÍTULO 5

PRINCIPAIS ASPECTOS DA ANÁLISE DO JUÍZO DE PRELIBAÇÃO

		89
5.1	A Admissibilidade Recursal Extrema	89
5.2	A Questão do Exaurimento de Instâncias	91
5.3	Quadro Probatório e Análise Fática nos Tribunais Superiores em Sede de Recurso e Apelo Extremo	95
5.4	Questão de Fato e Questão de Direito sob a Perspectiva Processual	97
5.5	Exame de Cláusulas Contratuais em Sede Recursal Excepcional	103
5.6	Reexame de Provas: Valoração x Valorização	106
5.7	Prequestionamento	110

CAPÍTULO 6

O EFEITO DEVOLUTIVO DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL E A PROBLEMÁTICA EM TORNO DO EFEITO SUSPENSIVO

		127
6.1	O Caráter Político da Concessão do Efeito Meramente Devolutivo Atribuído aos Recursos Excepcionais	127
6.2	A Excepcional Concessão de efeito suspensivo aos Recursos Extraordinários "Lato Sensu"	129
6.3	A Inteligência das Novéis Súmulas 653 e 636 do STF: Início de Pacificação para a Concessão de Efeito Suspensivo Via Medida Cautelar?	132

NOTAS CONCLUSIVAS	137
ANEXOS	143
BIBLIOGRAFIA	167